



CONGRESSO

Deputados avalizam projeto de regulamentação da reforma tributária, que cria o Comitê Gestor para arrecadar e fiscalizar o novo Imposto sobre Bens e Serviços. Votação de emendas e destaques fica para hoje. Em seguida, proposta irá ao Senado

Segundo texto da reforma é aprovado na Câmara

» EVANDRO ÉBOLI

A Câmara aprovou, ontem, com 303 votos a favor e 142 contra, o texto-base do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), responsável por unificar os impostos ICMS e ISS. Os destaques e emendas serão apreciados hoje, e a proposta seguirá para o Senado.

O comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto. A reforma teve seu texto principal aprovado em emenda constitucional no ano passado e agora está sendo regulamentada.

O relator do parecer, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), disse que ouviu 126 parlamentares durante a elaboração do texto e que atendeu a 90% das demandas dos colegas. Uma das novidades inseridas pelo pedetista foi a previsão de destinar 30% das vagas das diretorias que integram o comitê para mulheres — demanda da bancada feminina do Congresso.

Benevides incluiu os planos previdenciários PGBL e VGBL na incidência do imposto sobre doações e causa mortis (ITCMD), que trata da transferência de bens por meio de heranças ou doações. O relator costurou um acordo para que o VGBL previdenciário — no qual o usuário faz aporte por longo prazo, de 10 anos a 30 anos — deixasse de isentar o pagamento de imposto. Segundo o relator, os mais ricos, que investem em CDB, fundos e letras, quando alcançavam 75 anos, por exemplo, migravam todos esses investimentos para o VGBL e, assim, ficavam livres de pagar tributos. Agora, será exigido o período mínimo de cinco anos de aplicação no VGBL para não ter carga tributária.

Criado para substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), o IBS será gerido por esse comitê gestor, que reunirá representantes de todos os entes

federados. Ainda que a coordenação fique a cargo do comitê gestor, as atividades efetivas de fiscalização, lançamento, cobrança e inscrição em dívida ativa do IBS continuarão a ser realizadas por estados, Distrito Federal e municípios.

Outro ponto que provocou polêmica durante o debate foi sobre como chegar a uma definição quando houver divergência no julgamento da mesma pendência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e no Comitê Gestor. Se cada órgão votar de jeito diferente a respeito da mesma controvérsia. O desempate ficará a encargo da Comitê de Harmonização, que está previsto no texto.

Benevides estava exultante com a tramitação da proposta e classificou o texto como uma “revolução tributária”.

“Dinossauro”

A oposição, que votou contra, classificou o comitê gestor de uma autarquia burocrata, estatal e que lembra instituições de antigos países comunistas, como a União Soviética.

“Esse comitê é o fim do federalismo, o fim do Congresso Nacional, porque essa autarquia vai violar a capacidade de órgãos decidirem na ponta sobre o Fisco. Trata-se de um paquiderme, de um dinossauro. Uma autoridade central não eleita, que só ganhará mais poder. Esse é um modelo socialista”, discursou o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

Para o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a reforma é tão importante para o país que deveria ter sido aprovada por unanimidade, com os votos dos 513 deputados. “Quem está encaminhando e votando contra não está votando com o Brasil. É uma proposta que unifica o país e consolida o pacto federativo”, defendeu.

Apenas dois partidos orientaram contra esse projeto da reforma tributária, o Novo e o PL.



Quem está encaminhando e votando contra não está votando com o Brasil. É uma proposta que unifica o país e consolida o pacto federativo”

José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara

Superquarta tem dívida dos estados e desoneração

» RAFAELA GONÇALVES

O Senado terá uma “superquarta”, com a apreciação de três importantes pautas econômicas. O jargão do mercado financeiro é usado quando as taxas de juros brasileiras e americanas são divulgadas em um mesmo dia. No Legislativo, a expectativa é de uma resolução para a dívida dos estados junto à União, parcelamento dos débitos dos municípios com a Previdência e a desoneração da folha de pagamentos.

O projeto de lei complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), entrou na pauta ontem, mas acabou adiado pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Até o início da noite, o relator da matéria, Davi Alcolumbre (União-AP), estava reunido com o Ministério da Fazenda para fazer ajustes no seu parecer.

Alvo de negociações com o governo, a proposta ainda não teve o relatório apresentado. “Há um compromisso do senador Davi Alcolumbre de formalizar o seu parecer, então vamos adiar para dar tempo aos parlamentares de

conhecerem o texto”, afirmou Pacheco. Ele garantiu que a proposta será chancelada nesta semana.

Entre as mudanças esperadas, está a distribuição do Fundo de Equalização aos estados. A proposta previa que 1% dos juros das dívidas fosse direcionado ao fundo. Governadores estiveram em Brasília para pedir um ajuste do repasse para 2%. Além disso, deve ser fixado um prazo de quatro meses para a adesão ao novo programa, contados a partir da publicação da matéria.

Pacheco tem pressa para votar o texto devido à situação fiscal de Minas Gerais, que acumula dívida de R\$ 147,9 bilhões. O Supremo Tribunal Federal (STF) estipulou prazo até 28 de agosto para que o governo do estado inicie o pagamento dos débitos à União. A data foi prorrogada cinco vezes.

Todos os 26 estados e o Distrito Federal acumulam dívidas com a União em diferentes patamares. No topo da lista está São Paulo, com débito de cerca de R\$ 280,8 bilhões; seguido do Rio de Janeiro, com R\$ 160 bilhões; Minas Gerais; e Rio Grande do Sul, R\$ 95,2 bilhões.

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), e o de Goiás, Ronaldo Caiado

Mário Agra/Câmara dos Deputados



O texto-base do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária foi aprovado com 303 votos contra 142

Emendas Pix: Lira cita autonomia

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a autonomia do Congresso para a destinação de emendas parlamentares. O deputado disse que um “ato monocrático” não pode mudar esse entendimento.

É a primeira vez que Lira se manifesta publicamente sobre emendas após a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que exigiu maior transparência nas transferências das chamadas “emendas Pix” e das emendas de comissão.

Os recursos das emendas de comissão, por exemplo, são usados como moeda de troca no Congresso, de acordo com interesses políticos, e são viabilizados pelo Orçamento. Com a decisão do Supremo, as operações das emendas Pix foram suspensas. Dino determinou

ainda que o Congresso divulgue informações sobre as emendas de comissão.

As declarações de Lira foram dadas em evento da Confederação Nacional das Santas Casas de Misericórdia (CMB), em Brasília, ontem à noite. Segundo ele, o Orçamento não pertence somente ao Poder Executivo, e sim, ao Legislativo.

“Neste evento, eu não poderia deixar de fazer uma referência à atual discussão sobre a autonomia do Poder Legislativo em relação à destinação das emendas parlamentares”, disse. “Com todo o respeito, repito, com todo o respeito à autonomia dos demais Poderes, continuarei a defender que é o Congresso Nacional que mais sabe, que mais conhece a realidade dos municípios brasileiros e da realidade da saúde

que lhes é ofertada”, acrescentou, diante da ministra da Saúde, Nísia Trindade; do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de outras autoridades.

Em seguida, Lira fez uma menção à ministra da Saúde. “Os 513 deputados federais e os 81 senadores vivem, ministra Nísia, os problemas da prestação de serviços de saúde”, afirmou. “Sabem que as Santas Casas e os hospitais filantrópicos sobrevivem com o apoio indispensável das emendas parlamentares a eles destinadas.”

Lira acrescentou: “Não podem mudar isso, com todo o respeito, num ato monocrático, quaisquer que sejam os argumentos e as razões, por mais que elas pareçam razoáveis”.

Pedro França/Agência Senado



Rodrigo Pacheco avisou que a sessão plenária de hoje é “sem hora para acabar”

(União Brasil), estiveram ontem no Senado para acompanhar as discussões. “O que defendemos é um modelo sustentável de pagamento das dívidas. Um modelo para que o Rio de Janeiro pague o que deve, sem ficar refém da União. Assim, o estado do Rio poderá ter mais capacidade de investimentos em diversas áreas, como saúde, educação e

segurança”, afirmou Castro.

A maior reclamação dos governadores é referente ao indexador da dívida, que hoje equivale ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4%. A proposta é que os estados poderão entregar ativos próprios e em contrapartida ter um abatimento nos juros, e parte da dívida também poderá ser

convertida em investimentos.

Segundo Pacheco, “há um senso geral de que o problema da dívida dos estados é o maior problema federativo do Brasil, que precisa ser solucionado”. Ele destacou ainda a importância da PEC 66/2023.

CSLL fica de fora

O Senado também chegou a um acordo com o Executivo sobre o projeto de lei da desoneração da folha de pagamentos. Segundo o líder do governo e relator do projeto, senador Jaques Wagner (PT-BA), a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) ficará fora do seu relatório final, termo que era amplamente defendido pelo governo.

“O martelo foi batido com todo mundo à mesa. Fizemos um acordo no fio do bigode”, disse a jornalista, ao garantir que no relatório devem prevalecer as sugestões do Legislativo.

A proposta dos senadores inclui medidas como refis das multas das agências reguladoras, repatriação de recursos, atualização de ativos, depósito de recursos judiciais abandonados e pente-fino do Benefício de Prestação Continuada (BPC), como maneiras de compensar a prorrogação da desoneração.

A matéria também é alvo de pressão do Judiciário, que estabeleceu um prazo até 11 de setembro para que os Poderes encontrem uma solução consensual sobre o tema.